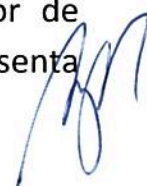


Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e um, o Presidente Marcelo Pereira Manara, deu início a plenária com conselheiros participando remotamente e presencialmente. Cumprimenta a todos e justifica o atraso na transcrição das atas, mas que serão enviadas posteriormente. Justifica a pauta com relação ao balanço do mandato do Lincoln à frente do COMAM. Passa aos conselheiros a retomada do assunto da Petrobras com relação ao Plano de Contingência. Torna a esclarecer que no dia 25 de novembro de 2020 foi enviado um ofício em nome do COMAM à Gerência de Segurança da Refinaria para que viesse apresentar o Plano de Contingência para contenção de eventuais incêndios na REVAP. Lembra que essa solicitação decorreu do último evento de crise por incêndio na Refinaria quando o Conselho entendeu por bem conhecer em mais detalhes o Plano de Contingência dada a importância, a dimensão e sem dúvida nenhuma a questão do risco da maior estrutura da indústria, dentro da área urbana do Município e que segundo a gerente Camila informou que houve uma substituição. O Plano de Contingência está pronto, já foi discutido inclusive com os moradores do entorno porque é uma rotina inclusive em termos de exigência legal que eles façam isso até dentro de certa rotina com a população do entorno e que participarão da próxima plenária. A seguir dá posse aos novos membros da Secretaria de Mobilidade, tendo como titular a Lana Michele Barbosa Silva e como suplente o Ronaldo Rodrigues da Cunha Filho e lembra a todos que no chamamento da nova composição de plenária ainda tem vagas em aberto. A pandemia, obviamente, principalmente a situação de Institutos de Pesquisa e Ensino, alguns fechados ficou comprometido. Mas sempre é tempo de lembrar que temos uma vaga de Pesquisa e Ensino em aberto, uma vaga de Entidade de Classe e uma vaga de Sindicato dos Trabalhadores. Segue a pauta com alguns informes sobre os Fundos Municipais e concede a palavra ao Derick, o Gestor de Contratos, para que informe quanto ao andamento dos contratos dos trabalhos vigentes e também se discuta as deliberações da plenária sobre o uso de recursos do FUMCAM para essas ações e localidades aí que vão recepcionar esses recursos. Derick. Gestor de Contratos da Prefeitura de São José da Secretaria de Urbanismo apresenta



Conselho Municipal de Meio Ambiente

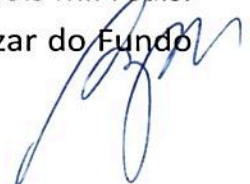
Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

a prestação de contas dos recursos do fundo. Informa que os fundos vinculados e que passam pelo COMAM são dois: O Fundo Municipal de Conservação Ambiental e o Fundo Municipal de Serviços Ecológicos. FMC e FUMCAM. Atualmente o FUMCAM tem financeiramente um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e o FMC um milhão, seiscentos e quarenta e um mil. Totalizando três milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais. Lembra que tem projetos aprovados do ano passado e que esse recurso não está todo disponível. Um exemplo é o do arboriza que já está seiscentos mil destinados para esse trabalho. O FUMCAM recebe recursos de dois meios principalmente. A autorização de uso do Parque da Cidade que é regulamentado por esse decreto e a autorização de supressão de árvores que recebeu um milhão de duzentos de 2019 a 2021. Do Parque da Cidade a gente recebeu trezentos e setenta mil de 2019 a 2021. E de aplicação, rendimento, foi recebido trinta e oito mil reais. Lembrando que por lei temos que deixar o dinheiro aplicado em fundos vinculados. Manara pede licença para esclarecer um ponto importante dessa linha de compensação ambiental por supressão de árvores, onde houve um incremento significativo na recepção de recursos. Isso por uma mudança de postura interna na análise dos pedidos de supressão. Entendemos que salvo situações de corte de uma, duas árvores e que demandam são situações mais simples do varejo e do cotidiano da cidade, mas aquelas solicitações de supressão que envolve outras modalidades, outras categorias de impactos que já foi discutido isso inclusive no COMAM, de empresas, indústrias, comércio e serviços e tal. Então eles atingem a finalidade como medida compensatória. Veste de maior legalidade e nexo causal, mesmo que em situações que não envolvam o plantio de novas árvores. Mas como nós temos um superávit anual, obviamente um grande superávit daquilo que é suprimido para aquilo que é plantado, é importante que o fundo também olhe para lacunas de conhecimento que é preciso que o Fundo Municipal tenha essa atenção e pré-disposição para financiar projetos que agreguem esse valor ambiental. Então só justificando o porquê da recepção desse montante por um entendimento que a doação de mudas como era feito em 90% dos casos, a doação de mudas não cumpre a finalidade como medida compensatória por se tratar de um insumo. E restava daí ao cofre, ao poder público, com o recurso do

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

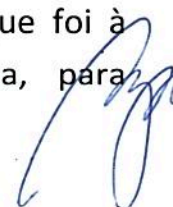
tesouro, pegar aquela muda, plantar e cuidar dela. Então era uma inversão principalmente para essas situações em que grupos de empresários, assim dizer, tem condição financeiras de promover uma ação melhor do que simplesmente doar muda. Derick apresenta um gráfico que ilustra exatamente o que o Presidente Manara acaba de apresentar. De 2017 para cá as receitas aumentaram muito devido às medidas pela regulamentação e pela normatização do uso e da recepção dos recursos. Informa que de 2017 para cá entrou dois milhões duzentos e cinquenta e quatro e de rendimento setenta e oito mil. O FMC cresceu bastante de 2017 para cá. E agora que recebe mensalmente o ICMS, todo mês é conferido o valor e depositado na conta do FMC. Manara atribui um crédito ao Derick e a Gestão de Contratos porque foi feito um trabalho de prospecção, de pesquisa, inclusive interna, para detectar para onde estavam indo os recursos e fazer com que efetivamente esses recursos fossem carimbados, destinados, para uso em tema ambiental. Manara esclarece que antes, 2015, por exemplo, estava zerado. Agora todos os anos através de Gestão interna, fizemos com que efetivamente chegue esse recurso para financiar projetos dentro do FMC. Dérik entra na pauta principal que é a aprovação dos projetos. Seis projetos estão aguardando para serem aprovados: Um é a Reforma no Parque Natural Municipal Augusto Ruschi que já foi captado junto de termos de compromisso ambiental duzentos e setenta e nove mil reais, porém a obra ficou em quinhentos e setenta mil reais, onde precisa junto ao Fundo mais de trezentos e um mil reais. Esse valor vai ser captado de outras fontes para a continuidade nesse projeto. O segundo é o Programa Saúde das Árvores que é um programa que já vem sendo executando faz três anos e meio. Desde 2017 vem executando a tomografia nas árvores e já foi captado quatrocentos mil reais e precisamos de mais duzentos mil do fundo. O terceiro é em relação aos Tanques de Evapotranspiração que é um programa dentro de um convênio. A Prefeitura tem um convênio junto a Rede Nacional de Águas que já captou novecentos e trinta e oito mil reais, sendo que seiscentos e trinta e dois mil reais será destinado a uma obra de duzentos TVAPS em São Francisco Xavier. Porém, calcula-se que o valor total do projeto vai passar para um milhão cento e oitenta e dois mil reais. O restante falta, quinhentos mil reais e a pretensão será utilizar do Fundo



Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

também. O quarto programa é a manutenção do paisagismo Burle Marx. Em 2020 foi feito um projeto, mas não teve nenhum recurso utilizado. E agora de fato será executado, e o valor solicitado é de noventa mil reais utilizados dos Fundos Ambientais também. O quinto projeto é o Meliponário Municipal onde se pretende utilizar trinta mil reais de recursos. E o último é o Estudo de Primatas, onde já foi captado trinta mil reais de um pesquisador norte-americano que fez a doação de cinco mil dólares para o projeto. O total para utilização nos projetos é um milhão, duzentos e onze mil reais. Manara interrompe e esclarece que inclusive há membros da Câmara técnica que fizeram análises preliminares e com a mudança para uma nova, um novo mandato, acha necessário retomar, reposicionar as câmaras técnicas permanentes. Em uma delas o Renato, Barrete e o Lincoln são os três representantes da Prefeitura. Acha necessário que se retome a câmara técnica e que esses projetos tenham andamento. Lembrando que a função da câmara técnica era justamente fazer essa análise preliminar para chegar e melhor subsidiar a plenária para tomada de decisões. Não será extinguida a câmara técnica, mas aguarda para reposicionar as câmaras técnicas permanentes, inclusive a de Arborização Urbana e a dos Fundos Municipais. Informa que já esta no momento colocando a informação à disposição da plenária para que não se perca tempo de investimento desses recursos, mesmo porque um exemplo o Estudo dos primatas, esse recurso já chegou. Já está financiando uma pesquisadora que vai a campo a partir agora de junho. Só não começou em razão da pandemia. Mas que já está tudo organizado para o desenvolvimento dessa pesquisa. E esses noventa mil reais, eles vêm de forma complementar. Então há de se ter uma sinergia e uma sincronia de cronograma entre essas pesquisas para que funcione plenamente. Então só repassando tecnicamente, o Parque e a reforma do Parque Augusto Ruschi é a de ser reaberto. O Parque faz quatro anos que está fechado justamente por falta de estrutura para recepcionar visitantes E no tinha sequer saneamento básico. Então é impensável uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que recepcione visitantes, crianças da rede de ensino cujo banheiro está lá tendo seu esgotamento sanitário nas águas abertas ali da Unidade de Conservação. Esclarece que foi à Câmara de Compensação Ambiental, fizeram uma pesquisa, para

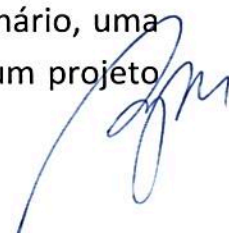


Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

descobrir onde tinham recursos parados para que se pudesse direcionar e faz um agradecimento ao Alexandre Ohara e ao Trani, subsecretário de Meio Ambiente do Estado que muito auxiliaram São José dos Campos nessa demanda e recursos foram destravados. A Paula Cabral do DGA apresentou um projeto, um plano de trabalho, aonde conduziu brilhantemente para que pudesse ser aprovado pelo Estado. Uma empresa já foi contatada, com o investimento na infraestrutura e também no desenvolvimento de alguns eixos que vocês receberão dentro do plano de trabalho, que é a realização de pesquisa, a atual percepção da população de entorno, confecção de 40 placas, elaboração de vídeo institucional, estudo de viabilidade das trilhas existentes e implantação de novas trilhas, elaboração do programa voluntariado para o (PNMAR), elaboração do projeto de identificação de espécie exótica invasora. Todos esses são componentes de custos que chegam num valor de quinhentos e setenta mil reais. O Programa Saúde das Árvores já foi aprovado pela câmara técnica permanente e pela plenária. Então é uma continuidade para que não pare esse estudo que é fundamental. O projeto São José dos Campos está sendo referência para outros municípios, onde Secretários de Meio Ambiente de outras localidades querem cópia do laudo, já que tornamos referência para os Municípios o Programa Saúde das Árvores dentro Arboriza São José. Os TVAP já foram apresentados em plenária por várias oportunidades, ocorre que esse recurso solicitado em 2017 com a própria defasagem de valor, já que o material de construção teve um valor elevado e o TVAP previa no seu desenvolvimento, uma fase importantíssima que era a educação ambiental, através do quê a empresa contratada faria a parte estrutural do TVAP e aí a educação ambiental com o Madureira, Elisa e Luciano iriam através de mutirões implantar o TVAP mas veio a pandemia. Um certame vai escolher e contratar a empresa que em breve o certame e a empresa vai fazer a parte estrutural e entregar montado o TVAP, por isso o pedido de complementação desse recurso. A manutenção do Paisagismo Burle Marx, importante registrar que o FUMCAM já recebe por ano os recursos do próprio Parque para manter esse patrimônio exuberante, importantíssimo, tombado como um patrimônio paisagístico. O Paisagismo de Burle Marx, o Meliponário, uma iniciativa também do DGA, da educação ambiental belíssima, um projeto

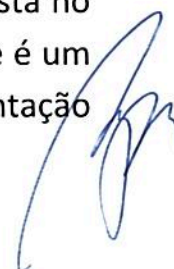
AT



Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

muito importante. Como Manara mencionou, o estudo de primata muito importante para que São José dos Campos tenha ainda esse ano, a definição como cidade capital dos primatas da Mata Atlântica. Um trabalho belíssimo que sendo feito pelo Marquinho e Alberto de São Francisco Xavier, para atribuir a essa identidade à biodiversidade local e agora os grandes pesquisadores do mundo. Raquel e Peter estão voltando para São Francisco agora para desenvolver pesquisas na construção desse legado que é o trabalho com os primatas em São Francisco. Concede a palavra ao Juarez para falar um pouco do Meliponário. Juarez cumprimenta a todos e passa a informar a respeito do Meliponário, que é uma pequena iniciativa do Parque da Cidade com apoio do Levi que trabalha no DGA. Apresenta um projeto inicial, piloto, de abelhas sem ferrão que já está presente em pelo menos 10 escolas. Afirma que as abelhas são papel importante da polinização da biodiversidade especificamente aqui na nossa Mata Atlântica, em torno de 80%, 90%. Então essa polinização tem uma estreita relação com a biodiversidade que é um pilar principal da nossa chamada bioeconomia e biodiversidade. Esclarece que o intuito de desenvolver esse projeto do Meliponário Municipal por ser um agente de educação ambiental dentro da transversalidade da educação ambiental nas escolas junto com os professores e alunos, fará o resgate dessas abelhas sem ferrão que o Brasil é privilegiado. Enquanto alguns países têm 10 a 20 espécies, nós temos no Brasil, mais de 300 espécies diferentes de abelhas sem ferrão. Fizemos algum resgate agora naqueles muros da linha verde. Não houve exigibilidade da centésima. Foi uma iniciativa nossa fazer esse resgate dessa abelha. Estamos fazendo um trabalho com a SMC também nas supressões de árvores na cidade para que seja possível, na medida do possível, fazer o resgate dessas abelhas sem ferrão também que se encontram nessas árvores que estão sendo suprimidas. Então nós estamos solicitando também esse apoio para aprovação do COMAM. O valor inicial é de 30 mil reais a expectativa, mas a reserva desse recurso para que se possa montar mais esse projeto. Enfatiza que quer dar mais consistência a esse projeto que já teve início, no ano de 2020 que está no Parque da Cidade. E que tem o apoio voluntariado do Reginaldo que é um expert no assunto também de abelhas sem ferrão. Encerra a apresentação

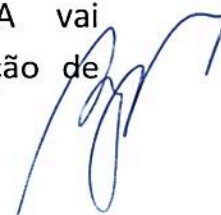


Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

Presidente Manara passa a palavra a Fabiano que parabeniza a secretaria por essa fantástica iniciativa do Meliponário Municipal e acredita que seja extremamente necessário levantar a questão atualmente como uma ação fundamental na cidade em relação a esses polinizadores. Fabiano também pergunta sobre o retorno de investimento ao Parque Burle Marx e essa manutenção do paisagismo que acha fundamental e que tem todo um valor histórico associado e também sobre a questão também dos manejos dos carrapatos da capivaras do Parque da Cidade e que passou pelo Parque e que notou umas 300 capivaras depois do portão e que acredita estar nascendo descontrolado e que das vezes que foi ao Parque voltou com carrapato. Sugere que se a prefeitura pensar em alguma coisa no sentido de resolver o problema. Manara responde que o carrapato é um problema de saúde pública, e que o COMAM, já apresentou duas iniciativas importantíssimas, o primeiro com o apoio de recursos do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria de Saúde São José dos Campos, onde foi contratada uma empresa especializada justamente para fazer o estudo da população de capivara do Parque da Cidade, já está pronto e disponibilizado. Após ser colocado à disposição dos Conselheiros novamente o resultado desse estudo de população de capivaras financiado com recursos da saúde, informa que trouxe uma iniciativa do Instituto Biológico que foi um teste que eles estavam fazendo no Município de Salto e São José dos Campos com um carrapaticida orgânico feito através de fungos e os resultados foram espetaculares, acima de 90% de controle efetivo na fase larval ou na fase adulta e dois trabalhos feitos em 2019 e 2020 muito importante para esse manejo não só da população de capivara, mas como a salvaguarda em termos de saúde pública. Manara passa a palavra para o Engenheiro Hebert que vai apresentar o novo sistema de mapeamento das medidas compensatórias, lembrando que o mapeamento é também uma solicitação recorrente no COMAM e o Hebert desenvolveu esse sistema que ele vai apresentar que atende a essa informação sendo solicitada de onde estão sendo feitas e onde estão recepcionando os termos de compromisso ambiental decorrentes de supressão de vegetação. Hebert inicia sua apresentação, informa que trabalha na Divisão de Parques e Áreas Verdes - DPAV – DGA vai apresentar as compensações ambientais referentes à autorização de

Ata



Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

supressão de árvores e que essas compensações ambientais são oriundas de autorizações de supressões de árvores no Município de São José. Árvores isoladas e árvores fora de APP. Essas compensações são baseadas na lei 5097 no decreto 16297-2015 e segue também as resoluções estaduais SMA 85-2013 e SMA 32-2014. A Lei 5097 no seu artigo nono demonstra toda a supressão autorizada. Ela tem quatro modalidades, o primeiro o plantio de mudas de árvores arbóreas nativas, depois fornecimento de espécies arbóreas nativas, mudas, pagamento em pecúnia e obra e serviço ambiental. As três primeiras são as mais comuns utilizadas na Prefeitura. O objetivo dessa compensação é recompor a vegetação arbórea no Município e é feito através de uma proporcionalidade. Esclarece que cada supressão de árvore exótica a compensação é 10 para um. Espécies nativas 25 para um quando é quantidade inferior a 50 e 35 para um quando a quantidade é superior à 50 espécies. Espécies pertencentes a risco de extinção que estão na lista oficial (vigente) é de 50 para um, sendo a mais comum a Araucária. Apresenta alguns exemplos de compensações ambientais cumpridas e em fase de cumprimento. Informa também que desde 2013 até agora passaram mais ou menos 195 processos. Apresenta em tela 12 exemplos de compensações de pessoa física e pessoa jurídica. Manara vê a necessidade de comando e controle das compensações, às vezes, ela traz uma burocracia excessiva e inócua, para comprovar periodicamente o exercício da atividade é um instrumento de comando e controle. Mas eu entendo que para fins comerciais de indivíduos arbóreos, que aí o período de plantio até a colheita passa-se anos obrigatoriamente, é inócua. Andréa explica que em caso de risco de queda iminente mediante laudo da Defesa Civil, o indivíduo de porte arbóreo poderá ser suprimido imediatamente sem passar sem necessidade de cumprimento dos trâmites previstos na lei e os de porte arbóreo em processo de declaração de imunidade ao corte não poderão sofrer qualquer intervenção até a conclusão do processo, exceto no caso de risco iminente de queda. O parágrafo único fala que em casos excepcionais, após a avaliação e anuência do órgão gestor da arborização, o órgão executor poderá realizar poda em conformidade com as normas técnicas vigentes. A supressão da vegetação de porte arbóreo isolado ou em agrupamento, em áreas

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

públicas ou particulares, excluído as hipóteses de exceção descritas nessa lei só poderá ser autorizada a critério do órgão gestor da arborização desde que comprovada à inexistência de alternativas de adaptação ao espaço construído, à vegetação de porte arbóreo. Quando constatada a presença de indivíduos arbóreos, a sugestão é que a gente insira a palavra isolada por plantio irregular, dispersão ou regeneração espontânea que acarretem comprovadamente prejuízo à segurança de pedestres, ao patrimônio público e privado. As espécies frutíferas, cujos frutos ofereçam risco ao tráfego de pedestres, ciclistas e automóveis poderão sofrer poda ou outra intervenção que elimine o risco. Em caso de solicitação de supressão de indivíduos de porte arbóreo em logradouro público será exigida a abertura de processo administrativo pelo munícipe, deverá ser encaminhado ofício ou memorando, de forma as solicitações devem cheguem ao órgão gestor. Para a emissão de autorização de supressão em logradouros públicos devem ser consideradas as alternativas de adequação e adaptação dos espaços construídos priorizando a preservação do indivíduo arbóreo. Esclarece que para obras em áreas particulares, a abertura do processo para autorização de supressão nos casos de alvará de construção fica condicionada à existência de processo de alvará de construção em análise pela municipalidade, cuja liberação da autorização de supressão se dará após a aprovação deste alvará e o COMAM deverá ser comunicado previamente quando for autorizada a supressão de cinquenta indivíduos arbóreos ou mais e a sugestão da DEPAVE é se for somente para áreas públicas essa exigência. Manara informa que vai reforçar a estrutura para o desenvolvimento da arborização urbana, que julga que não é uma das questões frágeis de obtenção de recurso, têm várias secretarias que desembolsam um dinheiro enorme à bem da arborização urbana, mas que a manutenção da cidade tem um recurso enorme para operacionalizar a arborização, mas há dificuldade enorme de prover de recursos àquelas outras iniciativas que não estão no hall de ação do poder público e que os próximos passos que vai negociar na plenária provavelmente de abril é que o recurso do FUNCAM possa, inclusive, ser provado por demanda espontânea da própria sociedade. Um instituto de pesquisa que esteja desenvolvendo um trabalho de alta relevância, ele pode vir e solicitar que precisa da verba. O

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

Fundo Nacional do Meio Ambiente é a principal fonte de alimentação do FUNCAM é o recurso em pecúnia, e estaremos dando exclusividade à arborização urbana fechando importantíssimas janelas de que aonde o FUNCAM e o COMAM possam prover outras áreas esquecidas como, por exemplo, a fauna silvestre. Informa que precisa de versatilidade em temas de relevante interesse para o meio ambiente e para a sociedade. Manara sugere que a comissão pondere sobre essa exclusividade atribuída aí ao pagamento em pecúnia. Com a palavra Godoy informa que tem muitos canais que já beneficiam a arborização urbana e, de repente, a pecúnia vai ficar exclusivamente para a arborização e se perde oportunidades de ações ambientais que privilegiam inclusive áreas abandonadas, como a parte silvestre. Manara fala sobre a planta exótica invasora, onde uma definição mundial já nos parâmetros e legislação brasileira a definição de algumas delas. O Instituto Hórus é contratado como uma consultoria onde ele fez parte das câmaras técnicas do CONAMA para essa definição e que há incentivo para a remoção. Lincoln coloca que uma grande parte de São José é unidade de conservação, a APA Rio-Rio Paraíba do Sul é um exemplo, o aeroporto de São José está dentro da APA do Rio Paraíba do Sul e não existe nenhum plano de manejo, não existe a regra porque quando ela foi criada para a dinâmica urbana, seria preciso definir até essa questão do conceito de unidade de conservação, se seria de proteção integral ou de outro qualquer conceito, porque se for de uso sustentável, colocando em plena zona urbana de São José dos Campos, a zona leste, uma boa parte da zona leste e da zona sul é, por exemplo, unidade federal. Com a palavra Fabiana parabeniza todos que fizeram parte da câmara técnica e a Andrea, porque é um serviço realmente muito árduo escrever uma legislação, sabe que é difícil chegar num consenso. Manara parabeniza Andrea e toda a câmara técnica mais uma vez, já que não é fácil esse trabalho. É um tema muito de varejo, de preocupação da cidade. Somos os defensores, os advogados das árvores. Em defesa das árvores nesses momentos de tempestades em que se anuncia uma árvore como uma preocupação no ambiente urbano e isso nós temos que ter uma lei que privilegie a árvore e proporcione a ampliação da cobertura. Manara continua explicando que a melhoria dos indicadores que pesem tem o nosso município uma cobertura muito boa, mas com áreas

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Ata da reunião Ordinária de 11 de Março de 2021

desequilibradas e que carecem de arborização. Então é uma lei que tem que ser ágil nesse sentido, tem que ser justa nas medidas compensatórias, tem que atender a essas ansiedades, não é uma lei fácil. Cumprimenta a todos que trabalharam na elaboração, mas que ainda terão algumas correções e que os conselheiros vão receber o texto corrigido antes que seja encaminhado à câmara. Manara menciona que será encaminhada para os conselheiros a minuta, será informado o montante sobre o aporte da Revap e sua destinação, o estudo populacional de capivaras e estudo, do carrapaticida orgânico solicitado pelo Fabiano Porto, o plano de trabalho no Parque Augusto Ruski que será iniciada as obras, com um resumo bem elaborado pela Paula Cabral que será disponibilizado a todos os conselheiros. E por último o saldo de supressões e plantios solicitado pela Fernanda Fowler. Lembrando a vocês que tivemos um problema técnico e que perdemos alguns trechos da plenária. Mas agradece a presença de todos na plenária, todos no painel e que o tema da arborização urbana é uma lei complexa e robusta. Às dezessete horas e vinte minutos, agradece a equipe de apoio, pelo excelente trabalho da secretaria executiva dos colegiados e que a próxima reunião será em quatorze de abril. Nada mais a tratar, Manara encerra a reunião e eu, Marisa do Prado Sá Durante, lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara

Presidente do COMAM



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva